



Câmara Municipal de Medicilândia
Estado do Pará
"Capital Nacional do Cacau"
Poder Legislativo – CNPJ: 14.136.212/0001-05



PARECER Nº 02 / 2023 - CCJCR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E REDAÇÃO - CCJCR

Presidente - Vereadora ELAINE WAGNER - PSC
Relator - Vereador HENRIQUE AMAZONAS PAGANI DANTAS - MDB
Secretário - Vereador ELISVAN ALVES RODRIGUES – UNIÃO BRASIL
Membro - Vereador DANIEL MOREIRA RODRIGUES - PSDB



ASSUNTO - PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 11/2022 – DISPONDO SOBRE “A OBRIGATORIEDADE DO PODER EXECUTIVO A FORNECER GRATUITAMENTE MATERIAL ESCOLAR E UNIFORME A CRIANÇAS CARENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, autoria vereador Elisvan Alves Rodrigues, UNIÃO BRASIL.

DATA: 12 de abril do ano de 2023.

HISTÓRICO

A Proposta de Norma Jurídica Ordinária nº 11/2022, é de iniciativa do parlamentar Elisvan Alves, UNIÃO. Vem acompanhada da mensagem, foi protocolada na Secretaria Legislativa por meio do OFÍCIO Nº 25/2022-GAB/VER/LICA/UNIÃO, na data de 14 de dezembro de 2022. Teve sua tramitação iniciada em conformidade regimental com a ata e Sessão Ordinária realizada no dia 19 de dezembro daquele ano.

Propositura apresentada em plenário, inicia-se sua tramitação regimental. O Senhor Presidente observado a alínea “j”, do inciso XXIV, do artigo 33, do RI, fez distribuir matéria as comissões competentes, comissão CCJCR para apreciação.

Projeto protocolado na Comissão CCJCR em 23/03/2023 (OFÍCIO INTERNO Nº 20/2023/GAB/PRES/CMM). De posse da matéria e nos termos regimentais, a Presidente da Comissão vereadora Elaine Wagner, por meio do OFÍCIO Nº 05/2023-PRES/CCJCR, requereu parecer jurídico sobre o projeto em epígrafe.

A comissão CCJCR, reuniu-se na data de 12 de abril em atendimento ao edital de convocação nº 02/2023/CCJCR. No curso da reunião a comissão registrou recebimento do parecer jurídico ao respectivo projeto.

DA FUNDAMENTAÇÃO



Câmara Municipal de Medicilândia
Estado do Pará
"Capital Nacional do Cacau"
Poder Legislativo – CNPJ: 14.136.212/0001-05



Justifica o edil que, o presente projeto de lei visa beneficiar com material escolar e uniforme os alunos realmente carentes financeiramente, usuários do sistema de ensino do Município de Medicilândia.

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (art. 205, da CF/88).

O projeto de lei vem em consonância com a educação universal, pública e de qualidade e que tem sido a aspiração praticamente unânime como ferramenta de justiça social e desenvolvimento sustentável, pois, no passado durante muitas décadas, a educação foi vista como mercadoria e neste sentido a estrutura estatal atrofiou-se e a educação mercantil expandiu-se vertiginosamente.

E por consequência, as crianças são penalizadas: por um lado tem dificultado o seu desenvolvimento escolar, e por outro o constrangimento perante a classe, que notadamente mesmo dentro da esfera pública registram-se diferenças sociais. Dito isto, pede o apoio dos colegas na avaliação e aprovação da proposta de lei.

É a justificativa do autor da matéria.

CONCLUSÃO E VOTO DO RELATOR

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores e Vereadoras,



Trata-se da análise do Projeto de Lei Ordinária nº 11/2022, de autoria do Edil Elisvan Alves (LICA), UNIÃO. Matéria esta que objetiva AUTORIZAR O EXECUTIVO MUNICIPAL A FORNECER GRATUITAMENTE AOS ALUNOS DA PRÉ ESCOLA E DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COMPROVADAMENTE HIPOSSUFICIENTE, TODO O MATERIAL ESCOLAR E RESPECTIVO UNIFORME.

Os autos vieram a esta comissão para avaliação constitucional, a juridicidade, a técnica legislativa e ao vernáculo.

Vamos a análise da propositura.

No que cabe a iniciativa, o art. 23, inciso V e X, da CF/88, e art. 15, incisos IV e VI, da Lei Orgânica, doutrina sobre o tema. De acordo com a manifestação jurídica a iniciativa de



Câmara Municipal de Medicilândia
Estado do Pará
"Capital Nacional do Cacau"
Poder Legislativo – CNPJ: 14.136.212/0001-05



matéria dessa natureza é controvertida, sendo que a Doutrina e a Jurisprudência de nossos tribunais divergem quanto ao tema.

Outrossim, a matéria contempla a técnica legislativa, a constitucionalidade e a legalidade, sendo de competência do parlamento emitir juízo de valor sobre as proposições a ele submetido.

Dado ao exposto, salvo melhor juízo, após ouvido por meio de parecer o jurídico desta Casa de Leis, o qual opina favorável ao regular trâmite da matéria. Este relator em consonância com os demais membros da comissão, emite parecer favorável a **admissibilidade** do Projeto de Lei Ordinária nº 11/2022. Sugere ao Doutor Plenário, que acompanhe a presente manifestação.

É o relatório conclusivo dessa relatoria.

Comissão de Constituição e Justiça CCJCR, da Câmara de Medicilândia/PA, em 12 (doze) de abril de 2023.



HENRIQUE AMAZONAS P. DANTAS
Relator CCJCR/CMM

DELIBERAÇÃO DO PARECER Nº 02/2023 - CCJCR

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, no cumprimento do Edital de convocação nº 02/2023, publicado no mural da CMM. Em comum acordo, reuniu-se, as nove horas, a Comissão de Constituição e Justiça CCJCR, com a presença unânime de seus membros, tendo como pauta a seguinte matéria: **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 11/2022 – DISPONDO SOBRE "A OBRIGATORIEDADE DO PODER EXECUTIVO A FORNECER GRATUITAMENTE MATERIAL ESCOLAR E UNIFORME A CRIANÇAS CARENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**, autoria vereador Elisvan Alves, UNIÃO. Observado a existência de quórum, a Senhora Presidente, em nome de Deus declarou aberta a reunião. Logo em seguida, foi apresentada e avaliada matéria na forma regimental e existindo entendimento comum entre os pares, foi encaminhada matéria à relatoria para apresentação do parecer correspondente. Em ato contínuo, foi apresentado o **PARECER Nº 02/2023-CCJCR**, o qual defende a relatoria a **regular tramitação** do Projeto de lei Ordinária nº 11/2022. A Senhora Presidente, após receber e registrada leitura da matéria e estando de acordo, foi o parecer colocado em discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade dos Edis presentes. E, para que conste os autos foi determinado a lavratura da presente deliberação.

Sala das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Medicilândia, Estado do Pará, em 12 de abril do ano de 2023.



Câmara Municipal de Medicilândia
Estado do Pará
"Capital Nacional do Cacau"
Poder Legislativo – CNPJ: 14.136.212/0001-05



PARECER Nº 02/2023 - CCJCR

Pelas conclusões:


ELAINE WAGNER
Presidente - CCJCR


HENRIQUE AMAZONAS P. DANTAS
Relator - CCJCR


ELISVAN ALVES RODRIGUES
Secretário - CCJCR


DANIEL MOREIRA RODRIGUES
Membro - CCJCR

